

Safrade grãos do DF deverá diminuir por falta de crédito

Maurício Sampaio Diniz
de Brasília

“A produção de grãos no Distrito Federal deverá diminuir em relação ao ano passado devido à suspensão dos empréstimos para crédito rural pelo sistema bancário”, afirmou o secretário de Agricultura do DF, João Luiz Homem de Carvalho. Segundo ele, desde o início da semana passada os bancos não vêm mais liberando recursos para o setor rural devido à alta das taxas de juros, causada pela crise mundial das bolsas.

O secretário lembrou que dos R\$10,3 bilhões para custeio da safra nacional, apenas R\$ 5,5 bilhões estão disponíveis com taxas privilegiadas de crédito rural, de 5,75% ao ano para pequenos produtores e 8,75% para médios e grandes. O restante dos recursos é emprestado pelos bancos a juros de mercado, “que já eram altos e, agora, tornaram-se inviáveis para qualquer atividade”, acrescenta Homem de Carvalho.



João Luiz Hornem de Carvalho

Assim, cerca de R\$ 4,5 bilhões alocados para o financiamento agrícola precisam ser equalizados pelo Tesouro Nacional. Ou seja, o governo federal se obriga a cobrir nos bancos a diferença entre as taxas de crédito rural e as praticadas pelo mercado. Em junho, quando o governo anunciou o plano de safra (98/99), a equalização estava estimada em R\$ 500 milhões. “Com a elevação dos juros, esse subsídio terá de aumentar”, concluiu Homem de Carvalho.

Desde o início de agosto,

quando começou o processo de crise nas bolsas, o Banco Central vem elevando as taxas de juros para conter a saída de dólares do país. De lá para cá, as taxas subiram de 19,75% para 49,75%. “É preciso saber se o Tesouro terá recursos adicionais para cobrir a alta dos juros”, advertiu o secretário.

O superintendente da área rural do Banco do Brasil, Birmar Nunes, assegurou que a instituição está operando normalmente com o financiamento agrícola. Segundo ele, é preciso saber o impacto que a crise das bolsas terá sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), um dos principais indexadores do crédito rural. “Isso só poderá ser medido na virada do mês”, explica Nunes. Ele disse ainda que cabe ao Tesouro sinalizar aos bancos o limite da equalização dos juros, “o que, por enquanto, não foi feito”.

O secretário de Agricultura do DF não acredita que o sistema de crédito rural possa fun-

cionar normalmente numa situação de juros em alta constante. “As regras do crédito rural” - declarou Homem de Carvalho - “estabelecem taxas reduzidas para a agricultura, mas a realidade do mercado é mais forte e faz com que os bancos passem por cima dessas normas”. A agricultura sempre foi considerada pelo sistema financeiro como uma atividade de alto risco e de pouca rentabilidade, acrescenta o secretário.

A agricultura do DF, na avaliação de Homem de Carvalho, só não será muito afetada porque está baseada no cultivo de hortaliças, uma atividade que funciona com pouco financiamento. Mas, no caso da safra de grãos, cujo custeio é caro, a maioria dos produtores depende do crédito rural para plantar. No ano passado, o DF colheu cerca de 200 mil toneladas de grãos. Este ano, avalia, dificilmente esse volume de produção se repetirá.

17 SET 1998

GAZETA MERCANTIL